TL5275

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR LESTE

ACTA N.º 37/VIII

Aos onze dias do mês de Julho do ano de dois mil, pelas dez horas e trinta minutos reuniu, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, Presidida pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), a Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor Leste, com a seguinte ordem de trabalhos:

. Audição da Comissão para os Direitos do Povo Maubere.

À reunião assistiram os Srs. Deputados constantes do livro de presenças da Comissão.

O Sr. Presidente distribuiu aos Srs. Deputados da Mesa cópia da proposta de selecção de fotos a integrar o livro «Os 25 da Questão de Timor Leste no Parlamento Português» e informou-os de que, até terça-feira seguinte, deviam fazer chegar ao apoio da Comissão as suas sugestões, comentários e eventuais alterações de legenda e/ou proposta de corte de fotos.

Referiu que a apresentação das fotos era cronológica, de acompanhamento do conteúdo do livro e que havia, ainda, relativamente a algumas delas, problemas de direitos de autor a resolver. A legendagem, algo extensa, advinha da opção tomada pela sua colocação em capítulo individualizado no final do texto.

O Sr. Presidente informou os Srs. Deputados de que, conjuntamente com os Srs. Deputados Ricardo Castanheira, Natália Carrascalão e Bernardino Soares, tinham estado na reunião anual do *Comité* dos 24. Nada de especial se tinha passado, a não ser que o número de oradores/peticionários sobre a causa timorense tinha diminuído bastante. Para além dos 4 Deputados e do Sr. Embaixador Santana Carlos, únicos

peticionários de Portugal, foi de 10 o número de peticionários de outras nacionalidades.

Das intervenções aí produzidas, como era habitual, seria editada uma brochura.

Portugal ia manter uma «pressão adequada» sobre o *Comité* dos 24 para que não se pensasse que havia uma diminuição de interesse sobre a questão de Timor Leste. Foi a estratégia acordada com o Sr. Embaixador António Monteiro, da Missão de Portugal junto da ONU.

Referiu, também, que tinha havido uma reflexão conjunta sobre a questão de Timor Leste com o Presidente em exercício do *Comité* dos 24 e com outros diplomatas, que eram quem acompanhava mais de perto nas Nações Unidas a questão de Timor Leste.

De seguida, o Sr. Presidente lembrou que iam receber a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), que pretendia saber o que se tinha passado em Timor Leste aquando da visita dos Deputados.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) disse que a Comissão, ao receber a CDPM, tinha de estar preparada e disponível para outras entidades que, também, quisessem ser recebidas pela Comissão, para saberem coisas de Timor Leste e que deviam estabelecer critérios.

O Sr. Presidente lembrou que:

. a CDPM tinha recebido o Prémio Direitos Humanos por se ter distinguido pelo seu empenho na questão timorense;
. sempre tinha estado disponível para ir à Comissão, a pedido da Comissão, para troca de impressões e avaliação da evolução da situação em Timor Leste ou na Indonésia;
. o pedido feito pela CDPM era anterior à divulgação do relatório da visita a Timor Leste e, aquela audiência, tinha sido deliberada pela Comissão.

Assim, concluiu, em grande medida, era uma excepção.

O Sr. Deputado Pedro Vinha da Costa (PSD) não via problemas na divulgação das actividades da Comissão, desde que a entidade fosse idónea e tivesse reconhecimento para ser recebida, com ou sem pretexto

do relatório. Podia não ser a Comissão toda a receber a entidade, mas considerou que o pior que podia suceder à Comissão era fechar-se depois de ter estado aberta a tudo e a todos. A Comissão devia manter a abertura que pediu às demais entidades e recebê-las.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) disse que não era nada contra a CDPM, mas queria saber se tinham de estar disponíveis para aquela e para outras.

O Sr. Presidente disse que, caso a caso, a Mesa da Comissão decidiria.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) disse que uma situação era a Comissão receber e outra ser uma delegação da Comissão a fazê-lo.

A CDPM teve um papel importante para a causa de Timor Leste, mas tinha estado há pouco tempo na Comissão e não via, nem matéria, nem substância para a Comissão plenária a receber. Era uma achega à troca de impressões.

O Sr. Presidente relembrou que todos tinham estado de acordo quando tinha sido feito o programa de audições, tendo o pedido da CDPM ficado para o fim dos trabalhos da Comissão. Aquela audição era a primeira pedida pela CDPM. A CDPM tinha, de facto, estado na Comissão havia pouco tempo, por que a Comissão decidiu ouvi-los sobre a situação na Indonésia.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) disse terem ouvido um universo vasto de entidades e que, de Abril até então, não se tinha verificado qualquer alteração, parecendo-lhe aquela audiência uma subvalorização da Comissão.

O Sr. Presidente disse que as restantes actas da Comissão iriam ser enviadas aos Srs. Deputados e que seriam submetidas a aprovação da Comissão, na primeira reunião que se realizasse em Setembro.

Aproveitou para lembrar o Simpósio promovido pelo Instituto de Estudos e Cooperação com Timor Leste, em colaboração com outras instituições, sobre «East Timor, Indonesia and the Region: perceptions of History and Prospects for the future», a decorrer em Lisboa e em Coimbra.

De seguida informou os Srs. Deputados de que começava a ser altura de programar a visita aos parlamentos australiano e indonésio. Para além de constar no relatório elaborado pela Delegação da Comissão que visitou Timor Leste e que foi aprovado em Plenário, por vários canais ia chegando a informação de que era conveniente estabelecer contactos com parlamentares daquela zona. Para além das indicações nesse sentido da Sr.ª Embaixadora de Portugal em Jacarta, lembrou, também, a visita à Comissão de elementos da Missão diplomática australiana em Lisboa, que os consideraram muito importantes, no quadro da sensibilização para a manutenção da ajuda a Timor Leste, que a Austrália deve fazer passar no seu parlamento.

Manifestou a convicção de que Timor Leste não seria autosuficiente antes de decorridos 15 anos, contrariamente à opinião da ONU, que apontava aquele prazo para 5 anos. Assim, era conveniente que houvesse uma sensibilização para o esforço que Portugal ia fazer e que fosse apoiado, por razões óbvias, por aqueles dois países.

Informou de que S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República ia ser convidado a deslocar-se a Timor Leste a 30 de Agosto, para assistir ao Congresso do CNRT. Não poderia aceitar o convite para essa data, mas aceitava-o para logo a seguir.

Havia duas hipóteses a considerar:

- ida de uma delegação da Comissão com S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República, que depois da visita conjunta a Timor Leste faria o périplo dos parlamentos;
- ida de uma delegação da Comissão, apenas, e independente daquela.

Gostava de colocar aquelas alternativas e de dizer que havia dois períodos para o fazer: Setembro ou Dezembro. Por razões que se prendiam com a discussão do OE para 2001 e, eventualmente, de OE rectificativo para 2000, não conviriam outras datas.

Assim queria pôr à consideração de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República o seguinte quadro de hipóteses:

- duas visitas (uma do PAR e depois outra da Comissão) *vs.* uma (delegação da Comissão com a delegação do PAR e posterior ronda dos parlamentos);

- delegação da Comissão *vs*. Delegação da A.R.;
- Setembro *vs*. Dezembro; e

gostava de saber se tinha «carta branca» da Comissão para o fazer.

Houve consenso da Comissão e a Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS), que também disse querer saber se não havia um convite do CNRT ao Parlamento, para estar presente, assim como queria saber se já tinha chegado o convite para S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Presidente disse que eventualmente marcaria uma reunião da Mesa da Comissão para o dia 31/07, para dar conta das diligências entretanto efectuadas. E informou que S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República, mantidas as devidas proporções, não via inconveniente em que a realidade timorense fosse conhecida por um número cada vez maior de Srs. Deputados.

Nesta altura entraram os elementos da CDPM, a quem o Sr. Presidente deu as boas-vindas e apresentou à Comissão: eram a Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos e o Sr. Dr. Luís Reis.

O Sr. Presidente lembrou aos convidados que o seu pedido tinha sido anterior à divulgação do relatório da visita a Timor Leste. Esclareceu que o relatório tinha já sido traduzido para tetum, inglês e francês, que tinham sido já deixados uns exemplares no *Comité* dos 24 e que, logo que estivesse completa a edição, seria cumprido o plano da sua distribuição, a cargo da Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS). Considerou que, decorridos já 3 meses da ida a Timor Leste, e apesar da rápida evolução dos acontecimentos, voltaria a subscrever aquele relatório, que releu dias antes.

Disse ainda que, no âmbito das actividades da Comissão, o acompanhamento da comunidade timorense residente em Portugal estava a cargo da Sr.ª Deputada Natália Carrascalão e que a edição do livro «Os 25 nos da Questão de Timor Leste no Parlamento Português» estava a seu cargo.

Informou que os 4 Deputados que tinham ido à reunião do *Comité* dos 24 em Nova Iorque tinham vindo com alguma tranquilidade, por saberem que o processo em Timor Leste ia avançando.

A reunião em Lisboa da Conferência de Doadores tinha sido para um ponto de situação da ajuda e não para um novo pedido. Tinha sido bom já que alguns dos países relapsos tinham aproveitado para realizar a sua contribuição naquela altura.

De seguida deu a palavra aos elementos da CDPM.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos agradeceu a oportunidade de estar na Comissão e perguntou quais tinham sido os objectivos da viagem a Timor Leste e, face às expectativas, qual ia ser o impacto nas actividades da Comissão. Uma vez que o relatório falava de uma nova missão a Timor Leste, perguntou quais seriam os objectivos dessa nova missão.

O Sr. Presidente explicitou os três objectivos da visita a Timor Leste (avaliação da situação *in loco*, transmitir aos timorenses a solidariedade do povo português através dos seus eleitos e a produção e divulgação do relatório), e esclareceu que a visita se pretendeu tão alargada quanto possível, sem ficar circunscrita a Díli mas, simultaneamente, sem desviar os meios das suas funções normais. Considerou os objectivos praticamente cumpridos.

A actividade da Comissão desenvolvia-se actualmente segundo quatro vectores fundamentais: acompanhamento da evolução da situação em Timor Leste, acompanhamento da comunidade timorense residente em Portugal, cooperação interparlamentar, edição do livro, cuja pesquisa ia obrigar à edição de mais um tomo do que o inicialmente previsto.

O Sr. Dr. Luís Reis lembrou que o raciocínio que há 18 anos se vinha a fazer no trabalho a desenvolver sobre a questão de Timor Leste tinha mudado completamente por haver um novo enquadramento da situação.

Assim, perguntou se a Comissão, no âmbito da cooperação, pensava institucionalizá-la e como seria enquadrada: se no campo português se no multilateral.

O Sr. Presidente disse que a cooperação devia ser pedida para que correspondesse às necessidades e informou que a cooperação pedida se tinha cingido ao seguinte:

- formação de quadros para futuro Governo/Parlamento democráticos;

- bibliografia de base para o tribunal distrital de Díli.

Sobre as funções da Comissão, elas seriam sempre de acompanhamento, esclareceu.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) disse que até 30 de Agosto de 1999 a Comissão teve um papel de denúncia da prepotência da Indonésia. Depois dessa data houve dúvidas sobre se a Comissão devia continuar ou ser integrada na Comissão dos Negócios Estrangeiros. De qualquer modo a situação era diferente do que tinha sido até 30/8 e a função da Comissão era de acompanhamento da situação.

Sobre a cooperação parlamentar disse que a A. R. podia e devia fazê-la com outros parlamentos, mas havia dificuldades para a fazer em Timor Leste: não havia parlamento nem lei de partidos políticos.

Considerou que a partir da independência de Timor Leste, a Comissão devia ser extinta. Mas até lá ia acompanhar e cooperar no que fosse possível.

O Sr. Deputado Ricardo Castanheira (PS) considerou necessária a reinserção das Falintil. Em conversa com o Sr. Embaixador António Monteiro ficou claro que a Resolução sobre Timor Leste era omissa relativamente à questão das FALINTIL e que não competia às Nações Unidas a organização da força militar no território. Havia, no entanto, preocupação pela natureza humanitária da situação das FALINTIL.

O Sr. Deputado Manuel Moreira (PSD) disse que era de reforçar ideias sobre a questão dos pagamentos. Durante a visita a Timor Leste houve a preocupação de dar conta a Lisboa das questões mais urgentes. Foi feita a denúncia de não se entender a razão de os timorenses terem uma participação tão reduzida no processo de transição. Referiu a «ficção» que era o CCN, que pretendiam transformar em órgão legislativo: o CLN.

Considerou que na fase de emergência tinha sido feito o possível, mas que a fase de reconstrução estava atrasada. Portugal era o país que tinha cumprido integralmente a ajuda.

A Missão Portuguesa em Timor Leste devia ser reforçada.

O PSD tinha tido dúvidas sobre a continuidade da Comissão, mas acabou por considerar que a Comissão só teria a sua missão cumprida quando Timor Leste ascendesse à independência.

A terminar disse que Timor Leste ia precisar muito da ajuda das sociedades internacional e da portuguesa.

O Sr. Dr. Luís Reis lembrou a mudança de posição do CNRT sobre a existência de forças armadas no território, resultado da evolução da situação no terreno.

Considerou que a UNTAET administrava Timor Leste, que a ONU tinha obrigações sobre a defesa do território e que Portugal devia pressionar a ONU para que assegurasse a defesa do território.

Considerou, também, a questão do Estatuto do Cooperante importante.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos perguntou pelas impressões que traziam da cooperação bi e trilateral.

O Sr. Presidente disse que as impressões que traziam da cooperação bilateral de Portugal, apesar de haver questões susceptíveis de melhoria, eram as melhores. O mesmo sucedia relativamente à generalidade da cooperação bi e trilateral – referiu as condições em que trabalhavam as ONG e o alto profissionalismo das forças portuguesas integradas nos contingentes da Nações Unidas.

Considerou que não podia haver vácuo de segurança a seguir à independência e que Portugal ia certamente cooperar com Timor Leste, nomeadamente nessa área.

Do projecto de Estatuto de Cooperante falaria o Sr. Deputado Carlos Luís. No entanto, disse ter a Comissão sido pioneira na chamada de atenção para o longo prazo da ajuda a Timor Leste e que as coisas tinham de ser pensadas nesses termos. Considerava, também, que a missão da Comissão terminava na altura da independência de Timor Leste.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) disse que no início da próxima sessão legislativa ia ser apresentado o projecto de lei do Estatuto do Cooperante, que era semelhante ao apresentado na legislatura anterior. Houve dúvidas

sobre se devia avançar-se por um Estatuto de Cooperante se por um Corpo Nacional de Voluntariado.

A Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD) esclareceu que o PSD estava a preparar, também, um projecto de lei sobre o Estatuto do Cooperante e, um outro sobre a Lei da Nacionalidade. Iam dedicar-se à Comunidade Timorense, nomeadamente a centros de convívio, etc.

A Sr. Deputada Isabel de Castro (Os Verdes) disse que tinham falado largamente sobre aquela questão. Mas que era interessante ouvir o ponto de vista da CDPM, com enfoque no relatório e naquilo que podiam fazer melhor, de como projectar o seu trabalho no tempo e como encarar o trabalho da Associação naquele novo enquadramento e das coisas que podiam ser feitas no médio e no longo prazos.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos disse que não tinham representação em Timor Leste. Preocupava-os a cooperação e a descoordenação relativamente às decisões das Nações Unidas, nomeadamente na questão do ensino, em que voltava a ser dada escolaridade, no final do secundário, em bahasa e em que os manuais eram de novo indonésios. Perguntou se a Comissão estava a tentar fazer algum trabalho para melhorar a situação.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) disse que aquela era uma informação que classificou de «novidade» até por que tinha falado há pouco com o Sr. P.e Vítor Melícias e a informação de que dispunha, por aquela via, era diferente, ou seja: o ensino estava a ser feito pela Igreja Católica, pelo CNRT Educação e havia duas qualidades de professores - uns que eram formadores de professores e outros que davam aulas, normalmente.

O Sr. Presidente deu a informação, proveniente do SG das Nações Unidas, de que: os dois primeiros anos do primário eram dados em português, os dois anos seguintes eram dados em bahasa e, simultaneamente, tentavam que os estudantes fossem concluir os seus cursos na Indonésia.

Por outro lado, tinha sido exactamente a estrutura do CNRT/ Educação, a que melhor impressão tinha deixado à Delegação da Comissão que esteve em Timor Leste.

Também ainda não havia decisão formal sobre o português como língua oficial.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) disse que o sector melhor organizado era o da Educação. Mas, como em tudo, a opção era dos timorenses.

A Sr.ª Deputada Isabel de Castro (Os Verdes) disse que faltava informação a alguns dos cooperantes. Havia muitos boatos em Timor Leste. Quem tinha de decidir quanto à opção da língua eram os timorenses.

A Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD) disse que tinha estado no dia 2/7 com o Sr. P.e Filomeno Jacob que lhe assegurou que, tanto da parte de Portugal quanto em Timor Leste, estava tudo a caminhar a 90%. Ao perguntar-lhe pelos restantes 10% esclareceu que eram os que tentavam convencer ONG, ONU, etc. de que a opção pela língua devia ser outra: a inglesa.

Lembrou que a coordenadora em Timor Leste, lá colocada por Portugal, era muito respeitada e tinha uma excelente relação com a Igreja, com os alunos e com os timorenses. Os manuais escolares ainda estavam em preparação. Naquele primeiro ano ainda podia haver problemas, mas dentro de 1 ano acreditava que o português estaria implantado em Timor Leste. Deviam incentivar os que iam para Jacarta concluir os cursos a frequentarem, em paralelo, aulas de português.

O Sr. Presidente, sobre a opção da língua portuguesa, disse não estar a «dormir tranquilo». Estava optimista mas vigilante. Mesmo quem era força política considerada anti-língua portuguesa dizia não ser contra a língua desde que houvesse meios técnicos.

Disse que as ONG anglo-saxónicas tinham outra disposição e flexibilidade para fazer algum proselitismo. Em Nova Iorque tinha-o chocado que as ONG tivessem vindo agradecer a presença da delegação portuguesa, como se fossem «donos da casa».

Referiu a visita à AMI em Manatuto, que estava a funcionar em condições dificílimas, para lamentar que só interessasse como matéria para notícia nos jornais de um louco que queria «um jaccuzzi» em Timor Leste...

A solução encontrada e acordada entre a UNTAET e o CNRT/Saúde era diferente da solução portuguesa, acrescentou.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) informou que a Comissão, em todas as deslocações tinha tido um intérprete, que nunca tinha aprendido português mas que o falava perfeitamente. Aliás, disse, falava e entendia o tetum, o inglês e o português. Manifestou a convicção de que as coisas iam mudando.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) lembrou que, naquela sala, tinha sido dito que no Hospital Dr. António Carvalho só havia dois termómetros mandados por Portugal. O tal médico do «jaccuzzi» também devia ter ido buscar o estetoscópio ao lixo para o mostrar para as câmaras da SIC.

A Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD) disse ter ido com um olhar crítico para Timor Leste mas que lá teve de mudar de opinião. Também tinham de ter brio pelo que estavam lá a fazer e, se calhar, Portugal até estava a dar mais do que podia.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos perguntou quais eram os objectivos da próxima missão a Timor Leste, ao que o Sr. Presidente respondeu que iam avaliar a evolução da situação e proceder a contactos com os parlamentares da zona. Ainda não sabiam quando, uma vez que dependia dos trabalhos parlamentares.

Os ecos que lhe vinham de Timor Leste (Sérgio Vieira de Mello, Igreja e CNRT) era de que tinha sido feito um trabalho calmo e sereno. Voltava a subscrever o mesmo relatório, aqueles meses depois, repetiu. Sobre a actividade do Parlamento, de fiscalização da acção portuguesa em Timor Leste, disse que dava uma nota muito positiva pelo entusiasmo e qualidade humana de quem lá estava - era mau resumir tudo a casos anedóticos.

Recordou o encontro com as FALINTIL e disse que, no fim, todos os soldados queriam fazer perguntas aos Deputados.

Sobre a opção da língua (de Timor Leste) disse que o português seria a língua que todos deviam falar e que a língua para contactos internacionais devia ser o inglês, não lhe repugnando que, apenas, 30% da população o falasse.

A Resistência tinha sido feita pelo português – era fantástico o grau de expressão em português dos velhos guerrilheiros. Os problemas eram com os novos.

Renovou os seus agradecimentos aos convidados pela presença na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou a reunião às treze horas.

O Presidente da Comissão,

(Miguel Anacoreta Correia)